

## REDE DE APOIO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E PROFISSIONAIS NO PEI

Support Network for Inclusive Education: coordination between school, family and professionals in PEI

Ana Lúcia Alves Bezerra Pedrozo

Marisa Faiter Barbosa

Michele Roesler Bernardini

Monica Pereira Santos Ciribello

Rachel Cristina Petrucci Pizzinato

### RESUMO

Este artigo analisa a importância da construção de uma rede de apoio eficaz na educação inclusiva, destacando a articulação entre família, professores da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e terapeutas na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, fundamenta-se em autores da área da inclusão e da educação crítica. Os resultados indicam que a atuação colaborativa entre os diferentes agentes educacionais favorece o desenvolvimento integral do aluno, embora ainda existam desafios relacionados à formação docente, à articulação institucional e às condições estruturais. Conclui-se que a consolidação de uma rede de apoio é essencial para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Rede de Apoio; PEI; AEE; Formação Docente.

### ABSTRACT

This article analyzes the importance of building an effective support network in inclusive education, highlighting the articulation between family, regular classroom teachers, Specialized Educational Assistance (AEE) professionals, and therapists in the development of the Individualized Educational Plan (IEP). This qualitative bibliographic study is based on authors in inclusive and critical education. The results indicate that collaborative work among educational agents promotes students' integral development, although challenges remain regarding teacher training, institutional articulation, and structural conditions. It is concluded that a strong support network is essential for ensuring inclusive, equitable, and high-quality education.

Keywords: Inclusive Education; Support Network; IEP; AEE; Teacher Training.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais paradigmas educacionais contemporâneos, fundamentada no princípio de que todos os sujeitos têm direito à educação de qualidade em ambientes comuns de ensino, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais (BRASIL, 2015). No entanto, a efetivação desse princípio demanda mudanças estruturais, pedagógicas e culturais nas instituições escolares.

Nesse contexto, Maria Teresa Eglér Mantoan afirma que a inclusão não se resume ao acesso, mas implica a transformação da escola em um espaço capaz de acolher e valorizar a diversidade (MANTOAN, 2003). Tal transformação exige a construção de uma rede de apoio eficaz, que articule diferentes atores no processo educativo.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como instrumento fundamental nesse cenário, organizando estratégias pedagógicas e garantindo

que as especificidades de cada aluno sejam consideradas. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a importância da rede de apoio na educação inclusiva, destacando seus desafios e potencialidades.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

O percurso metodológico foi delineado a partir de uma revisão de literatura de caráter narrativa, com o objetivo de reunir, analisar e discutir produções científicas que abordam a temática da inclusão escolar e a integração entre escola, família e profissionais da saúde e da educação.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, tais como SciELO, Google Acadêmico e periódicos da área da Educação e Psicologia, utilizando descritores como: educação inclusiva, rede de apoio, Plano Educacional Individualizado, família e escola e inclusão escolar.

Foram considerados estudos publicados em língua portuguesa, com ênfase em produções nacionais que abordam práticas inclusivas no contexto escolar brasileiro. Não houve delimitação rígida

de recorte temporal, priorizando-se obras clássicas e atuais que contribuem para a compreensão do tema.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, buscando identificar convergências teóricas e práticas sobre a articulação da rede de apoio no PEI. O material selecionado foi organizado em categorias temáticas, permitindo a sistematização dos achados em eixos de discussão, tais como:

- papel da escola na construção do PEI;
- A participação da família no processo de inclusão;
- A atuação de profissionais multiprofissionais (psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia e outros);
- Desafios e possibilidades na efetivação da rede de apoio.

## 3 Capítulo 1 – Fundamentos da Educação Inclusiva

A educação inclusiva constitui um paradigma que rompe com modelos tradicionais de ensino excludentes,

propondo uma escola que acolha a diversidade como princípio estruturante. Nesse sentido, não se trata apenas de inserir alunos com deficiência no ensino regular, mas de transformar a lógica escolar para atender a todos (MANTOAN, 2003; SASSAKI, 1997).

De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan, a inclusão exige uma mudança de concepção: a escola deve adaptar-se ao aluno e não o contrário (MANTOAN, 2003). Essa perspectiva rompe com práticas segregadoras e reforça o direito à aprendizagem como um direito universal.

A legislação brasileira fortalece esse princípio ao garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular (BRASIL, 2015; BRASIL, 2008). Contudo, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos.

Sob outro enfoque, Romeu Kazumi Sassaki destaca que a inclusão envolve dimensões sociais, culturais e atitudinais, sendo um processo contínuo de transformação da sociedade (SASSAKI, 1997). Assim, a escola inclusiva não é apenas um espaço físico,

mas um ambiente de construção de valores.

## Capítulo 2 – O Papel da Escola na Inclusão

A escola é o principal espaço de materialização da educação inclusiva, sendo responsável por organizar práticas pedagógicas que garantam a participação efetiva de todos os alunos (LIBÂNEO, 2004; PRIETO, 2006).

Segundo José Carlos Libâneo, a organização da escola deve integrar aspectos administrativos e pedagógicos, promovendo condições para o desenvolvimento do ensino de qualidade (LIBÂNEO, 2004). Isso implica planejamento coletivo, formação continuada e uso de metodologias diferenciadas.

Além disso, Miguel Arroyo ressalta que a escola precisa reconhecer os sujeitos em suas múltiplas dimensões, considerando suas histórias e contextos sociais (ARROYO, 2011).

A ausência de práticas inclusivas pode gerar exclusão dentro da própria escola, evidenciando que a simples matrícula não garante a inclusão (PRIETO, 2006;

MANTOAN, 2003). Portanto, é necessário repensar currículos, metodologias e formas de avaliação.

### **Capítulo 3 – A Família como Parceira no Processo Inclusivo**

A participação da família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar, pois contribui com informações essenciais sobre o desenvolvimento do aluno e fortalece o processo educativo (MANTOAN, 2003; BRASIL, 2015).

De acordo com Paulo Freire, a educação deve ser construída por meio do diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a parceria entre escola e família amplia as possibilidades de aprendizagem.

Além disso, a família desempenha papel importante na continuidade das estratégias pedagógicas fora do ambiente escolar, garantindo maior consistência no processo educativo (SASSAKI, 1997; PRIETO, 2006).

Entretanto, muitas vezes essa relação é fragilizada por falta de comunicação ou por concepções divergentes sobre inclusão, o que reforça a necessidade de construção de vínculos colaborativos.

### **Capítulo 4 – Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um dos pilares da educação inclusiva no contexto brasileiro, sendo regulamentado como um serviço que complementa e suplementa a escolarização do aluno, sem substituí-la (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015). Sua função central é garantir condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, por meio da oferta de recursos pedagógicos, tecnológicos e estratégias diferenciadas.

Segundo Rosângela Gavioli Prieto, o AEE não deve ser entendido como um espaço paralelo ou segregado, mas como um serviço articulado com a sala comum, que contribui para a construção de práticas pedagógicas inclusivas (PRIETO, 2006). Essa articulação é essencial para evitar a fragmentação do processo educativo, ainda bastante presente em muitas escolas.

Na mesma direção, Maria Teresa Eglér Mantoan critica práticas que isolam o aluno em atendimentos especializados desconectados da sala regular,

reforçando que a inclusão exige a reorganização da escola como um todo (MANTOAN, 2003). Assim, o AEE deve atuar como suporte ao professor da classe comum, e não como substituto de sua função.

Do ponto de vista pedagógico, o AEE contribui para a eliminação de barreiras à aprendizagem, sejam elas físicas, comunicacionais ou cognitivas (SASSAKI, 1997; BRASIL, 2008). No entanto, sua efetividade depende diretamente da comunicação entre os profissionais envolvidos, da formação adequada dos docentes e da existência de planejamento coletivo.

Apesar de sua relevância, ainda se observam desafios como a falta de integração entre professores, ausência de tempo para planejamento conjunto e uso inadequado do AEE como espaço de reforço escolar, o que descaracteriza sua função (LIBÂNEO, 2004; PRIETO, 2006). Portanto, fortalecer o AEE implica investir na formação docente e na cultura colaborativa dentro da escola.

## **Capítulo 5 – Interdisciplinaridade e Rede de Apoio**

A educação inclusiva exige a superação

de práticas isoladas, demandando uma abordagem interdisciplinar capaz de integrar diferentes saberes e profissionais. A construção de uma rede de apoio eficaz envolve não apenas educadores, mas também profissionais da saúde e assistência social, ampliando a compreensão sobre o desenvolvimento do aluno (SASSAKI, 1997; BRASIL, 2015).

De acordo com Romeu Kazumi Sasaki, a inclusão é um processo coletivo que depende da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade condição fundamental para o atendimento às necessidades dos sujeitos (SASSAKI, 1997). Essa perspectiva rompe com a lógica fragmentada do atendimento especializado.

Além disso, Miguel Arroyo ressalta que os sujeitos da educação são complexos e marcados por múltiplas dimensões sociais, culturais e históricas, o que exige uma leitura ampliada da realidade escolar (ARROYO, 2011). Nesse sentido, a atuação interdisciplinar possibilita intervenções mais contextualizadas.

A presença de profissionais como

psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais contribui para uma abordagem integral do aluno, favorecendo a elaboração de estratégias mais eficazes (PRIETO, 2006; MANTOAN, 2003). Contudo, essa integração ainda enfrenta entraves institucionais, como a falta de comunicação entre os profissionais e a ausência de espaços de diálogo.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de romper com hierarquias entre saberes. Conforme aponta Paulo Freire, o conhecimento deve ser construído de forma dialógica, valorizando diferentes perspectivas (FREIRE, 1996). Assim, a rede de apoio deve funcionar de maneira horizontal e colaborativa.

## **Capítulo 6 – O Plano Educacional Individualizado (PEI)**

O Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um instrumento pedagógico essencial para a efetivação da inclusão, pois organiza, sistematiza e orienta as ações voltadas ao desenvolvimento do aluno. Trata-se de um documento que deve contemplar objetivos, estratégias, recursos e formas de avaliação adaptadas às

necessidades específicas do estudante (BRASIL, 2015; BRASIL, 2008).

Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan, o PEI não deve ser visto como um documento burocrático, mas como um instrumento vivo, que orienta a prática pedagógica e promove a aprendizagem significativa (MANTOAN, 2003). Sua elaboração requer reflexão coletiva e compromisso com a inclusão.

Além disso, José Carlos Libâneo destaca que o planejamento pedagógico deve ser intencional e articulado, garantindo coerência entre objetivos, conteúdos e metodologias (LIBÂNEO, 2004). O PEI insere-se nesse contexto como ferramenta de organização do ensino.

Outro aspecto importante é a participação da família e da equipe interdisciplinar na construção do PEI, o que amplia a compreensão sobre o aluno e favorece a definição de estratégias mais eficazes (PRIETO, 2006; SASSAKI, 1997).

No entanto, muitas escolas ainda elaboram o PEI de forma superficial ou padronizada, desconsiderando as singularidades dos alunos. Isso revela a

necessidade de formação docente e acompanhamento institucional para garantir a qualidade desse instrumento (BRASIL, 2015; FREIRE, 1996).

## **Capítulo 7 – Perspectiva Histórico-Cultural da Aprendizagem**

A teoria histórico-cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky, oferece importantes contribuições para a compreensão da aprendizagem em contextos inclusivos. Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação social e da mediação cultural (VYGOTSKY, 1991).

Um dos conceitos centrais dessa teoria é a Zona de Desenvolvimento Proximal, que representa a distância entre o que o aluno já consegue fazer sozinho e aquilo que pode realizar com auxílio de outro mais experiente (VYGOTSKY, 1984). Esse conceito reforça a importância da mediação pedagógica.

Além disso, Paulo Freire aproxima-se dessa perspectiva ao defender uma educação dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente (FREIRE, 1996).

A aprendizagem, nesse sentido, não é um processo individual, mas social, o

que reforça a importância da inclusão como espaço de convivência e interação (ARROYO, 2011; SAVIANI, 2008).

Assim, a teoria histórico-cultural sustenta práticas pedagógicas que valorizam a cooperação, o diálogo e a mediação, fundamentais para a inclusão.

## **Capítulo 8 – Educação Inclusiva na Perspectiva Crítica**

A educação inclusiva deve ser compreendida como parte de um projeto maior de transformação social, que busca combater desigualdades e promover justiça social.

Paulo Freire afirma que ensinar exige compromisso com a emancipação dos sujeitos, sendo a educação um ato político (FREIRE, 1996). Nesse sentido, a inclusão não pode ser neutra, devendo enfrentar as desigualdades.

Da mesma forma, Dermeval Saviani destaca que a escola tem a função de socializar o conhecimento historicamente produzido (SAVIANI, 2008), garantindo acesso a todos.

Miguel Arroyo reforça que a educação

deve considerar os sujeitos concretos e suas condições sociais (ARROYO, 2011).

Assim, a inclusão não se limita à presença do aluno na escola, mas envolve a construção de práticas que garantam aprendizagem e participação efetiva (MANTOAN, 2003; PRIETO, 2006).

### Capítulo 9 – Desafios da Educação Inclusiva

Apesar dos avanços legais e teóricos, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta inúmeros desafios no cotidiano escolar.

Entre os principais, destacam-se a falta de formação docente, a escassez de recursos e a resistência institucional (PRIETO, 2006; MANTOAN, 2003). Muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula.

Além disso, a ausência de políticas públicas efetivas compromete a consolidação da inclusão (BRASIL, 2015; SASSAKI, 1997).

Segundo José Carlos Libâneo, a melhoria da qualidade do ensino depende de planejamento e organização institucional (LIBÂNEO, 2004).

Já Paulo Freire destaca a necessidade de reflexão crítica sobre a prática pedagógica (FREIRE, 1996).

Dessa forma, a superação dos desafios exige investimento em formação, mudança de concepções e compromisso coletivo com a inclusão (ARROYO, 2011; SAVIANI, 2008).

Abaixo pode-se analisar a unitarização de todas as obras estudadas nesse artigo e suas principais ideias.

Tabela de Unitarização dos Autores e Obras			
Autor	Obra	Ideia Central	Unidade de Significado (Unitarização)
Maria Teresa Eglér Mantoan	Inclusão Escolar (2003)	A escola deve se adaptar ao aluno e valorizar a diversidade	Inclusão como transformação estrutural da escola

Romeu Kazumi Sasaki	Inclusão (1997)	Inclusão como processo social amplo e coletivo	Inclusão como mudança social e cultural
Rosângela Gavioli Prieto	Educação Inclusiva (2006)	AEE deve complementar o ensino regular	Articulação entre AEE e sala comum
José Carlos Libâneo	Organização e Gestão da Escola (2004)	Integração entre gestão e prática pedagógica	Planejamento pedagógico articulado
Paulo Freire	Pedagogia da Autonomia (1996)	Educação como prática dialógica e emancipadora	Educação como prática crítica e libertadora
Lev Vygotsky	Formação Social da Mente (1991)	Aprendizagem ocorre na interação social	Mediação e desenvolvimento social
Dermeval Saviani	Escola e Democracia (2008)	Escola como espaço de socialização do conhecimento	Função social da escola
Miguel Arroyo	Currículo, Território em Disputa (2011)	Educação deve considerar sujeitos e desigualdades	Educação contextualizada e social
Brasil	Política Nacional de Educação Especial (2008)	AEE como serviço complementar	Garantia de acesso e permanência

Brasil	Lei Brasileira de Inclusão (2015)	Direito à educação inclusiva	Inclusão como direito legal
Bardin	Análise de Conteúdo (2011)	Método de análise qualitativa	Organização e interpretação de dados
Paulo Freire	Pedagogia do Oprimido (1987)	Educação como transformação social	Consciência crítica
Lev Vygotsky	Pensamento e Linguagem	Relação entre linguagem e pensamento	Construção do conhecimento social
Maria Teresa Eglér Mantoan	Inclusão e Escolarização	Escola inclusiva exige mudança pedagógica	Ruptura com práticas tradicionais

Fonte: Próprios autores, 2026.

A análise da tabela de unitarização evidencia que há uma forte convergência entre os autores no entendimento de que a educação inclusiva não pode ser reduzida a práticas pontuais ou adaptações superficiais, mas deve ser compreendida como um processo estrutural, político e pedagógico.

Observa-se que Maria Teresa Eglér Mantoan e Romeu Kazumi Sasaki convergem ao defender a inclusão como transformação da escola e da sociedade

(MANTOAN, 2003; SASSAKI, 1997). Enquanto Mantoan enfatiza a mudança no interior da escola, Sasaki amplia essa discussão para o campo social.

Já Rosângela Gavioli Prieto e José Carlos Libâneo contribuem para o entendimento da organização pedagógica, destacando a necessidade de articulação entre práticas e gestão (PRIETO, 2006; LIBÂNEO, 2004).

A perspectiva crítica é fortemente sustentada por Paulo Freire, Dermeval Saviani e Miguel Arroyo, que compreendem a educação como prática social comprometida com a transformação das desigualdades (FREIRE, 1996; SAVIANI, 2008; ARROYO, 2011).

Por sua vez, Lev Vygotsky fundamenta teoricamente a aprendizagem como processo social mediado, reforçando a importância das interações na inclusão (VYGOTSKY, 1991).

As legislações brasileiras consolidam esses princípios no campo normativo, garantindo o direito à educação inclusiva, mas a análise evidencia um distanciamento entre o previsto e a

prática escolar (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

Assim, a unitarização revela três grandes eixos estruturantes do artigo:

Inclusão como direito e transformação social

Prática pedagógica articulada e colaborativa

Aprendizagem como processo social mediado

Esses eixos demonstram que a efetivação da inclusão depende da integração entre teoria, prática e políticas públicas, exigindo compromisso coletivo e mudança de concepções no contexto educacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a efetivação da educação inclusiva depende, fundamentalmente, da construção de uma rede de apoio sólida, articulada e comprometida com o desenvolvimento integral do aluno. A inclusão, conforme discutido por Maria Teresa Eglér Mantoan, não se limita ao acesso à escola, mas exige a transformação das práticas pedagógicas e da cultura institucional (MANTOAN, 2003).

Nesse sentido, a articulação entre professores da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), família e equipe interdisciplinar revela-se essencial para a elaboração e implementação de um Plano Educacional Individualizado (PEI) eficaz. Tal articulação possibilita a construção de estratégias pedagógicas mais coerentes com as necessidades dos alunos, favorecendo sua aprendizagem e participação (PRIETO, 2006; BRASIL, 2015).

Além disso, a perspectiva de Lev Vygotsky reforça que o desenvolvimento ocorre por meio da interação social e da mediação, o que torna a escola um espaço privilegiado para a construção do conhecimento (VYGOTSKY, 1991). Essa compreensão fortalece a importância do trabalho colaborativo e da convivência na diversidade como elementos centrais da inclusão.

A abordagem crítica da educação, fundamentada em Paulo Freire e Dermeval Saviani, evidencia que a inclusão deve ser compreendida como prática de justiça social, voltada à superação das desigualdades e à

democratização do conhecimento (FREIRE, 1996; SAVIANI, 2008).

Entretanto, permanecem desafios significativos, como a insuficiência na formação docente, a fragilidade na articulação entre os profissionais e as limitações estruturais das instituições escolares. Conforme aponta Romeu Kazumi Sassaki, a inclusão exige mudanças não apenas pedagógicas, mas também sociais e culturais (SASSAKI, 1997).

Dessa forma, conclui-se que a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade requer investimento em políticas públicas, formação continuada, planejamento coletivo e fortalecimento da rede de apoio. Mais do que uma exigência legal, a inclusão deve ser assumida como compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

FREIRE, Paulo Freire. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos Libâneo. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Mantoan. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli Prieto. Educação inclusiva: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi Sasaki. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAVIANI, Dermeval Saviani. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev Vygotsky. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.